

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.813.175 - SP (2019/0131210-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : TAM LINHAS AÉREAS S/A  
**ADVOGADOS** : EDUARDO LUIZ BROCK - SP091311  
SOLANO DE CAMARGO E OUTRO(S) - SP149754  
FABIO SANTOS PEDROSO - SP295660  
**RECORRIDO** : AIG SEGUROS BRASIL S.A  
**ADVOGADO** : JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS - SP273843

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REGRESSIVA. SEGURADORA CONTRA O CAUSADOR DO DANO. 1. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 DO STF E 211 DO STJ. 2. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. 3. CONTRATO DE SEGURO. SUB-ROGAÇÃO DOS DIREITOS DO SEGURADO. PRAZO PRESCRICIONAL DA RELAÇÃO ORIGINÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. PRECEDENTES. 4. VALOR DA INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MATERIAIS. ALTERAÇÃO. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. 5. RECURSO IMPROVIDO.

**DECISÃO**

Na origem, AIG Seguros Brasil S.A. ajuizou ação regressiva de ressarcimento de danos contra TAM Linhas Aéreas S.A., objetivando a condenação da requerida, em face do extravio de bagagens de passageiros, no valor de R\$ 7.860,00 (sete mil, oitocentos e sessenta reais). O Juízo de primeiro grau julgou procedente o pedido para condenar a ré ao pagamento da quantia apontada anteriormente, devidamente atualizada e acrescida de juros de mora, assim como ao pagamento de custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados em 10% do valor da condenação.

Interposto recurso de apelação por ambas as partes, a Vigésima Primeira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu, por unanimidade, negar provimento aos apelos nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 520):

RESPONSABILIDADE CIVIL – Ação regressiva – Passagens aéreas compradas por meio de cartão de crédito que disponibilizou seguro viagem ao passageiro e estendido a sua bagagem – Extravio de bagagem – Aplicação no caso da regra a que alude o artigo 206, § 3º, V, do Código Civil, porquanto se cuida de ação regressiva proposta

pela seguradora contra a companhia aérea responsável pelo extravio de bagagem do segurado – Indenização paga pela empresa seguradora – Sub-rogação caracterizada – Indenização fixada – Dano material comprovado – Indenização material devida e arbitrada em valor limitado a mil descontos especiais de saque (art. 22.2 da Convenção de Varsóvia) – Sentença mantida – Recurso não provido.

Opostos embargos de declaração por TAM Linhas Aéreas S.A., foram rejeitados (e-STJ, fls. 546-549).

Foram opostos novos embargos declaratórios por AIG Seguros Brasil S.A., os quais acabaram rejeitados (e-STJ, fls. 643-646).

Em suas razões recursais, a recorrente, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 2º e 3º do CDC; 186, 206, § 1º, II, 732, 734 e 786 do CC/2002; e 22-2 da Convenção de Montreal, com base nos seguintes argumentos: **a)** inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor ao caso; **b)** o pedido autoral encontra-se prescrito, uma vez que o prazo prescricional para a pretensão regressiva proposta por seguradora é de 1 (um) ano; **c)** inexistência do nexo de causalidade entre o dano e a conduta supostamente praticada, devendo ser afastado o seu dever de indenizar; **d)** a recorrida deixou de comprovar que os bens estavam dentro das malas supostamente extraviadas, por não existirem declarações válidas; e **e)** a recorrida não comprovou a realização do pagamento que deu ensejo a apontada sub-rogação, sendo, portanto inexistente.

As contrarrazões não foram apresentadas - fl. 647 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, observa-se da leitura da fundamentação do acórdão recorrido que não houve debate acerca do prazo prescricional do ponto de vista da infringência aos arts. 2º e 3º do CDC; e 732 e 786 do CC/2002, haja vista que a conclusão do Tribunal de origem se deu única e exclusivamente com base na particularidade dos arts. 714 do Código de Defesa do Consumidor e 734 e 737 do Código Civil, não havendo, portanto, o devido prequestionamento, tampouco arguiu-se ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, o que atrai o óbice das Súmulas 282 do STF e 211 do STJ.

Ademais, "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15),

em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 4/4/2017, DJe 10/4/2017).

Impende registrar que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a falta de prequestionamento impede o conhecimento do recurso lastreado, também, na alínea c do permissivo constitucional.

Ademais, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que, ao efetuar o pagamento da indenização ao segurado em decorrência de danos causados por terceiro, a seguradora sub-roga-se nos direitos daquele, de modo que, "dentro do prazo prescricional aplicável à relação jurídica originária, a seguradora sub-rogada pode buscar o ressarcimento do que despendeu com a indenização securitária" (REsp n. 1.505.256/SP, Relator Ministro João Otávio de Noronha, DJe de 17/5/2016).

Nesse sentido:

DIREITO CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E DO CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REGRESSIVA. EXTRAVIO DE BAGAGEM. TRANSPORTE AÉREO NACIONAL (DOMÉSTICO). SEGURADORA CONTRA O CAUSADOR DO DANO. PRAZO PRESCRICIONAL. SUB-ROGAÇÃO NOS DIREITOS DO SEGURADO. APLICAÇÃO DO CDC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS. MULTA AFASTADA.

1. Ação ajuizada em 22/01/2015. Recurso especial concluso ao gabinete em 05/12/2016. Julgamento: CPC/73.
2. O propósito recursal é determinar se está prescrito o direito da seguradora recorrente em ajuizar ação regressiva de ressarcimento de danos contra empresa aérea, tendo em vista extravio de bagagem de passageira.
3. Na hipótese sob julgamento, a passageira que teve sua bagagem extraviada não buscou a reparação diretamente da companhia aérea que prestou deficientemente seu serviço, mas da seguradora recorrente, tendo por base o contrato de seguro-viagem e bagagem firmado com instituição financeira aos titulares do cartão de crédito American Express, que por meio dele realizam a compra da passagem aérea.
4. Com o advento do Código Civil de 2002, a possibilidade de sub-rogação da seguradora nos direitos e ações que couberem ao segurado contra o causador do dano tornou-se incontestável, consoante a literal disposição do art. 786, caput, do mencionado diploma.
5. Partindo-se da premissa de que a seguradora recorrente promoveu o

pagamento da indenização securitária à passageira (titular do cartão de crédito) pelo extravio de sua bagagem, é inegável que esta sub-rogou-se nos direitos da segurada, ostentando as mesmas prerrogativas para postular o ressarcimento pelo prejuízo sofrido pela própria passageira.

6. Dentro do prazo prescricional aplicável à relação jurídica originária, a seguradora sub-rogada pode buscar o ressarcimento do que despendeu com a indenização securitária, nos mesmos termos e limites que assistiam ao segurado. Precedentes.

7. Sob o prisma em que analisada a questão, pode-se concluir que: i) está configurada a relação de consumo entre passageira e a companhia aérea; ii) foi paga indenização securitária pela seguradora à passageira; e iii) houve sub-rogação daquela nos direitos do próprio consumidor lesado, de modo que o prazo prescricional aplicável será o mesmo previsto para este, isto é, o de 5 (cinco) anos, previsto no art. 27 do CDC.

8. Afasta-se a multa do parágrafo único do art. 538 do CPC quando não se caracteriza o intuito protelatório na oposição dos embargos de declaração.

9. Recurso especial conhecido e provido. (REsp n. 1.651.936/SP, Relatora Ministra **NANCY ANDRIGHI**, DJe de 13/10/2017 - sem grifo no original).

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO REGRESSIVA. SEGURADORA CONTRA O CAUSADOR DO DANO. SUB-ROGAÇÃO NOS DIREITOS DO SEGURADO. PRAZO DE PRESCRIÇÃO.

1.- Ao efetuar o pagamento da indenização ao segurado em decorrência de danos causados por terceiro, a seguradora sub-roga-se nos direitos daquele, podendo, dentro do prazo prescricional aplicável à relação jurídica originária, buscar o ressarcimento do que despendeu, nos mesmos termos e limites que assistiam ao segurado.

2.- No presente caso, verifica-se que o prazo de que dispunha o segurado para propor a ação reparatória contra o responsável pelos vícios na construção era de 20 (vinte) anos, na vigência do Código Civil de 1916 (art. 177), e de 3 (três) anos, em consonância com o novo Código (art. 206, § 3º, V), por se tratar a pretensão de reparação civil. 3.- Pela regra de transição inserta no art. 2.028 do Código de 2002, "serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada".

4.- Conforme se infere do Acórdão recorrido, a seguradora foi comunicada do sinistro no imóvel adquirido pelo segurado em 14.1.2000. Desse modo, do início da contagem do prazo trienal, 11.1.2003 - data da entrada em vigor do novo Código Civil -, até a data da propositura da ação, em 2.1.2006, ainda não havia transcorrido o lapso prescricional trienal, o que se deu apenas em 11.1.2006, ou seja, três anos após a vigência do novo Código Civil.

5.- Agravo Regimental improvido. (AgRg no REsp n. 1.121.435/SP, Relator o Ministro **SIDNEI BENETI**, Terceira Turma, julgado em 13/3/2012, DJe 29/3/2012 - sem grifo no original)

Na hipótese, o Tribunal de origem, adotando o referido entendimento, concluiu pela incidência do prazo prescricional previsto no art. 206, § 3º, V, do CC/2002, deixando assente que (e-STJ, fl. 521):

Inicialmente, no caso de ação regressiva de ressarcimento, proposta por seguradora que se sub-roga nos direitos de seu segurado, como se dá na espécie, incide o prazo prescricional trienal previsto no artigo 206, § 3º, V, do Código Civil. Por conseguinte, inaplicável à hipótese vertente, como assinalado, o lapso extintivo anual previsto no artigo 206, § 1º, II, daquele estatuto.

Extraí-se da narrativa da inicial que a seguradora efetuou o pagamento do valor da indenização devida a seu segurado, em razão do extravio de bagagem ocasionado pela companhia aérea, no dia 26/06/2015 (fls. 139). Assim, dúvida não há remanescer no sentido de que não se consumou o prazo prescricional trienal na data de protocolização desta ação regressiva de ressarcimento, ajuizada no dia 28/07/2016.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em conformidade com a jurisprudência deste Superior Tribunal, tem incidência a Súmula n. 83/STJ.

Por outro lado, infirmar as conclusões do acórdão recorrido acerca dos danos materiais suportados pela recorrente, assim como os limites do valor da indenização implicaria o reexame de provas e análise e interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado nesta instância extraordinária, atraindo a incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 2% sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator